



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 6

Sessão Ordinária de Fevereiro

1.ª Reunião de 27-02-2002

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa na qualidade de Primeiro Secretário e pela Vogal Maria Teresa Fidélis da Silva na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, José da Cruz Costa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Carlos Martins Valente, Fernando Vieira Ferreira, Maria da Conceição Seixas Almeida, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Marília Fernandes Correia Martins, Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Ângelo Pereira Pires e Joaquim Manuel Silva Marques.

Seguidamente o Presidente da Mesa em exercício, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Continuando o presidente da Mesa leu a Ordem do Dia constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto n.º 1 – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto n.º 2 – Plano de Pormenor de Sá Barrocas;**
- Ponto n.º 3 – Plano de Pormenor da Baixa de Santo António;**
- Ponto n.º 4 – Determinar o número e a remuneração dos membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados;**

Ponto n.º 5 – Aquisição do edifício da antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos;
Ponto n.º 6 – Câmara Municipal – Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2002;
Ponto n.º 7 – Serviços Municipalizados – Plano Plurianual de Investimentos para 2002.

Seguidamente colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 86 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e dois votos a favor e seis abstenções.

Acta n.º 1 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 2 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 3 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

(Deram entrada na sala os Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Diogo Manuel Santos Soares Machado).

Seguidamente e nos termos do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa em exercício concedeu a palavra ao público.

Usou da palavra o Arqto. João Paulo Cardielos, em representação do administrador da massa falida da empresa “FAPRIL – Construções e Montagens Eléctricas, S.A.”, para em nome dos trabalhadores da empresa, tecer algumas considerações sobre o Plano de Pormenor de Sá-Barrocas — zona onde a empresa estava localizada.

Concluída a intervenção o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia:

Vogal João Barbosa (PS)

(Deu entrada na sala o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, que de imediato assumiu a presidência dos trabalhos da Assembleia.)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

(entrou na sala o Vogal Raúl Ventura Martins).

Vogal António Salavessa (PCP)

(entrou na sala o Vogal Vítor Manuel Santos Marques).

Presidente da Mesa
Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

(entrou na sala o Vogal Pedro Ricardo Oliveira Cardoso).

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)
Vogal Filipe Neto Brandão (PS)
Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)
Vogal Filipe Neto Brandão (PS)
Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)
Presidente da Mesa

A

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos atinentes.
Vice-Presidente Eduardo Feio

Membros da Assembleia:

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos tidos por convenientes.

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)
Presidente da Mesa

B

Concluído o “Período de Antes da Ordem o Dia”, o Presidente da Mesa colocou à aprovação da Assembleia uma proposta de alteração à ‘Ordem do Dia’, no sentido de se discutir em primeiro lugar o ponto n.º 2 - Plano de Pormenor de Sá-Barrocas. Submetida à votação da Assembleia foi a mesma aprovada por unanimidade.

PONTO N.º 2 - PLANO DE PORMENOR DE SÁ-BARROCAS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em Reunião Extraordinária de 15/02/2002, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez um breve antelóquio sobre o assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Concluída a intervenção do Presidente da Câmara, o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para o jantar. Eram 20:30 horas.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:15 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Liz Miguel Marques Silva, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Vítor Manuel Santos Marques, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Carlos Martins Valente, Fernando Vieira Ferreira, Maria da Conceição Seixas Almeida, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Domingos José Barreto Cerqueira, Joaquim Manuel Silva Marques e Ângelo Pereira Pires.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu continuidade à discussão do ponto em apreço — Plano de Pormenor de Sá-Barrocas.

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

(entrou na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins).

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

(entrou na sala a Vogal Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo).

Vogal Vítor Marques (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Vogal Teresa Fidélis (PS): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Caríssimos Vogais

☐

Antes de mais, eu gostava de manifestar o meu desagrado e a minha sincera preocupação quanto à repetida atitude do Executivo relativamente ao Planeamento Territorial e em particular relativamente aos Planos de Pormenor.

O Planeamento tem como instrumentos operativos, entre outros, as figuras de Plano de Pormenor. A função destes planos é não apenas ordenar a transformação do solo, segundo uma estratégia adequada às necessidades de desenvolvimento, às características do tecido urbano em que se insere ou à sensibilidade ambiental da envolvente, mas também antecipar as condições de decisão dando segurança ao público, aos investidores e aos promotores quanto às características do espaço a produzir e quanto às condições e condicionantes de licenciamento e construção.

Infelizmente, parece estar a ser um hábito inverter a filosofia de base do planeamento, se tivermos em conta já três casos de Planos de Pormenor: o do Centro, este de Sá-Barrocas e futuramente o da Baixa de Santo António; os quais são trazidos a esta Assembleia já em adiantada fase de execução.

Não pretendia ser pouco compreensiva ou ser muito cáustica (como é habitual atribuírem às minhas intervenções), com o complexo historial subjacente aos procedimentos de elaboração e aprovação destes documentos e das eventuais delicadas heranças de anteriores executivos. Devo dizer que, a continuar esta atitude, parece-me estar-se não só a brincar ao planeamento, mas também a brincar com o papel desta Assembleia.

Há um excerto, numa reclamação do Plano de Pormenor de Sá-Barrocas, que caracteriza de forma acutilante esta forma de actuar, que e passo a citar: «revela a fragilidade de um processo de planeamento tipo negocial, onde a ausência de documentos de gestão (documentos urbanísticos como o plano de pormenor), obriga (eu para ser simpática diria permite) à sucessiva arbitragem, aleatória, de compromissos camarários e licenciamentos que mais tarde e nos planos em aprovação (neste caso o plano de Sá-Barrocas) acabam por ser determinantes, em vez de determinados pelos planos».

Para além deste infeliz enquadramento (e manifestando-me agora sobre a estratégia de transformação do tecido urbano) preconizado face à localização relativa à Ria, entendo-o como inconveniente e desadequado. Procurei na nota explicativa argumentos que explicassem a elevada densidade construída e humana e o perfil e tipologia do edificado (pelo menos aquele que já existe), mas tudo o que encontrei foram contradições.

Primeiro é dito, que se adapta e cito: “uma linguagem urbana que tenta observar e entender as pré-existências” (recordo que as pré-existências é um tecido misto urbano/industrial/agrícola, de baixa densidade) e depois mais adiante, contrapõem-se e cito: “uma implantação intensa das edificações” — tudo isto está na nota explicativa.

Já não é a primeira vez que faço alusão a esta questão nesta sala. E, reafirmo que, para além de razões económicas, não encontro, nem reconheço, razões conceptuais que substanciem este modelo de densificação junto à Ria de Aveiro; sobretudo aquele associado ao seu eixo principal já existente – Avenida da Força Aérea e os remates a norte do Plano.

É curioso que esta minha contestação (e isto é só um aparte), seja subscrita não pelos serviços ligados ao Ministério do Ambiente, cuja responsabilidade nesta matéria é de destacar (provavelmente estavam distraídos), mas sim pela Direcção Geral de Infra-estruturas do Ministério da Defesa Racional, que afirma e cito para quem não teve a oportunidade de ler: “que este Plano causa um aumento bastante significativo do espaço edificado o que corresponde a uma proporcional carga humana num sistema particularmente sensível como é a Ria, o que provocará eventuais problemas de impermeabilização de solos ...”.

Ao contrário do que afirmei quando discutíamos o Plano de Pormenor do Centro, em que defendi o aumento das densidades propostas pelo PDM, no caso Sá-Barrocas discordo desta opção. É verdade que se tenta compensar ou disfarçar com zonas de moradias. Contudo, o

facto de estas não se estenderem a toda a zona marginal ao canal, torna insuficiente esta medida. Torna também contraditório que se coloque, e permitam-me que acrescente, e referindo um pouco a presença dos trabalhadores da FRAPIL, que se coloquem as moradias precisamente no terreno da FRAPIL e que se coloque uma densidade maior no términos do Plano, na zona da VITASAL. Não compreendo! Até porque alegam na nota explicativa, que houve a preocupação de fazer a integração com o tecido urbano envolvente e isto de facto não corresponde!

Não vou comentar em detalhe o desenho urbanístico. Estou certa que o Sr. Presidente da Assembleia ou o Sr. Presidente da Câmara estarão em excelentes condições para o fazer, e aliás não seria de todo despropositado propor-vos como membros honorários da Associação Profissional de Planeadores do Território. Gostaria apenas de referir alguns pormenores:

1. os passeios da “Força Aérea”, agradavelmente amplos, mas lamentavelmente impermeabilizados. Têm áreas imensas completamente impermeabilizadas. Numa área junto à Ria, não se compreende, sabendo já o que se sabe em termos de urbanismo, numa perspectiva de conservação do ambiente.

2. fala-se no aproveitamento do interior dos quarteirões para espaços verdes ou espaços de recreio, mas a altimetria diferente em cada prédio inviabiliza completamente a utilização do recheio desses quarteirões. Aliás no Plano, inclusivamente, estão colocadas algumas árvores — não sei como é que vão colocar as árvores, só se for com vasos porque por baixo estão estacionamentos.

3. atendendo ao incorrecto licenciamento, relativamente ao estacionamento nos edifícios e conhecidos os problemas de estacionamento na avenida, não consigo compreender a política da Câmara em autorizar a abertura de pelo menos três estabelecimentos de aluguer de automóveis, que como sabem, ocupam espaço de estacionamento imenso.

4. finalmente, gostaria também de salientar a questão dos equipamentos de saúde. Vai ser uma área de alguma densidade populacional, parece-me que se justificava ter um equipamento de saúde nesta zona da cidade.

5. um outro aspecto também, que já tem sido referenciado nesta Assembleia, que são as condições urbanísticas para a mobilidade de deficientes e acessos aos prédios. Eu conheço vários prédios, alguns dos que estão construídos, e de facto não possibilitam, de forma alguma a acessibilidade a deficientes. Os passeios estão a ser feitos agora; não há desníveis para cadeiras de rodas nem para carrinhos de crianças.

Só para concluir, eu gostava de deixar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, que é a seguinte: mesmo sem deixar de estar ciente que o nosso sistema de propriedade de terrenos não facilita um planeamento com mais flexibilidade do que aquele que nós fazemos hoje, e também estando ciente que à medida que as cidades crescem cada vez é mais difícil fazer planeamento com alguma liberdade – porque o tecido vai sendo construído, eu gostava de saber, para quando é que nós temos novos Planos de Pormenor desenhados de raiz, discutidos de raiz, antes de haver compromissos e licenciamentos?”.

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – para os esclarecimentos atinentes.

D

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – para os esclarecimentos tidos por convenientes.

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) - apresentou na Mesa a seguinte proposta:

“PROPOSTA: A Bancada do Partido Social Democrata propõe que se constitua uma Comissão Eventual para analisar o Plano de Pormenor de Sá-Barrocas, constituída por dois elementos por bancada, pelo Senhor Deputado António Salavessa e pelo Senhor Deputado Independente Dr. Élio Maia”.

(saiu da sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu).

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada pela bancada do PPD/PSD, subscrita também pelas bancadas do CDS/PP e do PCP, para a constituição de uma Comissão Eventual para analisar o Plano de Pormenor de Sá-Barrocas. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de dezassete votos a favor (PS3+PSD11+PP2+PCP1) e dezasseis abstenções (PS15+PP1).

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

(reentrou na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu).

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro e informou o plenário que a marcação da próxima reunião será feita através de convocatória, nos termos regimentais.

Eram 00:30 horas do dia 28 de Fevereiro de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:15)